

PORTUGAL revê-se no BRASIL

**COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA RÁDIO
E DA TELEVISÃO DO PROFESSOR
DOUTOR MARCELLO CAETANO,
PRESIDENTE DO CONSELHO, ACERCA
DA VIAGEM DO CHEFE DO ESTADO
AO BRASIL, EM 10 DE ABRIL DE 1972**

Iniciou a sua viagem a caminho do Brasil o Senhor Presidente da República.

Vai Sua Excelência investido na representação da Nação Portuguesa para acompanhar a Nação Brasileira no júbilo das comemorações da independência.

Vai renovar ao Brasil o testemunho da amizade e da solidariedade que Portugal lhe tributa.

Vai reforçar os laços que unem os dois países de língua e tradição portuguesas e consolidar os alicerces da política futura da Comunidade por eles formada.

E com o Chefe do Estado segue Portugal inteiro, do Minho a Timor, pois entre os sentimentos mais profundamente radicados nos corações dos portugueses está a amizade pelo Brasil.

Leva pois, o Senhor Presidente da República, os nossos votos de que a sua missão seja coroada de todo o êxito que está na lógica dos factos. Na certeza de que a simpatia humaníssima, a bondade transparente, a dignidade impecável, a arguta e experiente diligência do Almirante Américo Thomaz conquistarão o povo brasileiro e deixarão entre ele memória feliz da sua passagem, com resultados proveitosos para a aliança das duas pátrias.

O Senhor Presidente da República entregará ao Brasil os despojos do fundador do Império que proclamou a independência brasileira. O Imperador D. Pedro I foi o nosso Rei D. Pedro IV que, tendo abdicado das duas coroas, em Queluz morreu com o título apenas de Duque de Bragança.

Demos em vida ao Brasil um príncipe do sangue real português, o próprio príncipe herdeiro da coroa de Portugal, para ser seu Imperador. E esse príncipe volta pela mão de Portugal à Terra de Santa Cruz a fim de repousar para sempre nas margens do rio Ipiranga, junto à cidade de São Paulo, no local onde tomou a sua histórica opção.

Aos observadores desprevenidos poderá parecer ilógico o procedimento dos portugueses de hoje: como celebram tanto a independência do Brasil? Não estará essa atitude em contradição com outras agora tomadas resolutamente por Portugal?

A verdade é que as situações de 1822 e dos nossos dias divergem muito.

O Brasil foi intensamente povoado pelos portugueses a partir do século XVI. Em contraste com a África, cuja configuração geográfica dificultava a penetração europeia, cuja natureza e cujo clima eram hostis à vida humana, cuja população se apresentava rude e rebelde ao convívio exterior, o Brasil — como de resto aconteceu com todo o continente americano — foi muito mais acessível ao homem branco, com maior facilidade para o estabelecimento dos colonos e para a ligação com os nativos. Por isso o esforço ultramarino de Portugal incidiu, de preferência, até ao século XIX, no comércio do Oriente e no povoamento do Brasil.

Tinha este já uma sociedade amadurecida e culta quando recebeu em 1807 o afluxo da própria corte de Lisboa, levada por D. João VI ao transferir a capital do Império português para o Rio de Janeiro. A partir daí o Brasil passou a ter no seu território os órgãos centrais do Estado, e em 1815 foi elevado, ele próprio, à categoria de Reino, formando com a velha Metrópole o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Ao regressar em 1821 a Lisboa, D. João VI deixa no Rio de Janeiro, como regente em seu nome do reino do Brasil, o príncipe herdeiro, D. Pedro. Nos lugares preponderantes do vasto país luso-americano estão os homens mais cultos da terra, herdeiros da civilização e da cultura portuguesa. Um passo mais, e em 1822 o reino torna-se Império, o príncipe regente converte-se em Imperador.

Não tardou depois a composição entre pai e filho, Assim como nos dois tronos estavam pessoas do mesmo sangue, nos dois governos dominavam homens do mesmo espírito. Em 1825, três anos após a declaração unilateral da independência brasileira, um tratado entre os dois países reconhece a separação deles. Mas na lei que aprova o tratado em Portugal, o Imperador do Brasil não é destituído dos seus direitos ao trono português que logo no ano seguinte lhe veio a caber.

Compare-se esta evolução progressiva, esta composição amistosa, esta separação fraterna, com o que hoje vai por esse mundo além. Aliás, há século e meio era mais fácil a um país ser realmente independente do que hoje. As distâncias não tinham perdido a sua lonjura, as economias eram elementares, o globo estava cindido em parcelas volvidas sobre si próprias. Não era como agora em que o universo encolheu, desapareceram as distâncias, aumentaram as solidariedades e nenhum território pode sobreviver por si só.

Hoje dificilmente um País mantém uma inteira soberania em todos os sectores da vida nacional. Os povos são interdependentes como nunca. Procura-se constituir grandes espaços económicos adequados à dimensão necessária das indústrias e às exigências inelutáveis do comércio. E a defesa militar tornou-se de tal maneira onerosa que só nas alianças até grandes países encontram o poderio suficiente para dissuadir a cobiça dos mais fortes.

Por isso os novos Estados independentes são-no só na aparência, para satisfação de amor-próprio dos povos ou dos seus dirigentes. Porque, se mesmo os velhos Estados são forçados a unir-se económica e militarmente, — como hão-de dispensar auxílios e protecções de toda a ordem países artificialmente formados, com frágeis estruturas e débeis possibilidades humanas e materiais?

Como era diferente a vida, como eram singelas as necessidades, como eram diversas as relações internacionais, no começo do século XIX!

Para mais, em 1822 no Brasil não se puseram problemas raciais: governavam os mais capazes, e a fraternidade étnica, que a cordialidade lusitana criara, prosseguiu sem quebras. Graças a isso a sociedade brasileira pôde seguir o seu destino, caldear-se, reforçar-se, impor-se, dar a todos um exemplo que não é apenas de coexistência ou convivência e sim de real fusão e identificação de homens de todas as raças e cores.

Se em 1822 existisse a ONU, o que teria sido do Brasil? Com as Nações Unidas a contar o número de índios, de pretos e de brancos existentes, a discriminar cores e raças, a reivindicar a América para os ameríndios, a condenar o governo das minorias, a exigir um voto por cada pessoa?

Se em 1822 a ONU se metesse no assunto com os seus preconceitos de descolonização e de auto-determinação, apoiaria o primeiro movimento fantasista de autonomia tupi e exigiria a saída dos portugueses. Uma comissão formada por delegados de nações ignorantes da Geografia e da História, deslocar-se-ia à Amazónia a saber se os habitantes autóctones estavam de acordo, e os votos do sertão prevaleceriam obre a vontade dos homens civilizados.

Os países sul-americanos, todos fundados por minorias étnicas e governados segundo os princípios da maior capacidade para entender e conduzir um País em certo momento histórico, são hoje adeptos entusiastas das Nações Unidas; mas se tivessem pretendido a independência sob a égide dos princípios dessa Organização, não teriam nascido como nasceram, nem seriam hoje o que são.

Existe na ONU a falsa concepção de que cada continente pertence às raças que dele são consideradas originárias. Por isso se pretende fazer vingar o princípio de que na África só pode haver Estados governados por pretos.

Toda a História mostra, todavia, que o povoamento das regiões do globo resultou de migrações por virtude das quais terras desertas foram habitadas, ou zonas escassamente aproveitadas receberam a contribuição de povos mais dinâmicos vindos de longe e cujo contacto foi fonte de civilização.

Ora hoje os corifeus das Nações Unidas põem o problema dos territórios ultramarinos de África, já não em termos de dependência ou de independência política mas sim como questão de incompatibilidade entre pretos e brancos.

O caso da Rodésia é bem demonstrativo. Mesmo com todas as garantias constitucionais dadas à população negra, as Nações Unidas não aceitam a independência porque o governo, por ora, não seria entregue totalmente aos habitantes de cor.

Os brancos, segundo essa concepção, não teriam o direito de orientar e dirigir territórios da África Austral, mesmo de mãos dadas com os nativos.

Ora como há pouco dizia, nada disto se passou no Brasil. Ninguém discutiu cores nem raças e por isso se criou aí um exemplo admirável de fraternidade humana.

Nós podemos festejar a independência brasileira porque foi o nascimento de um filho, não a amputação de um membro. Nesse filho reproduziu-se, embora com as suas feições próprias, o carácter da estirpe lusitana, entroncada na velha família europeia.

Portugal revê-se no Brasil. E por muito americano que seja o grande País de língua portuguesa, ninguém conseguirá tirar ao povo brasileiro a herança europeia que constituiu o seu primeiro e rico partimónio espiritual. Através dele, o Brasil comparticipa nas glórias de uma civilização que tem na Grécia e em Roma, na lei de Cristo e no pensamento clássico, na língua latina, nos atrevimentos da expansão portuguesa, e em tantos outros grandes momentos da história da aventura humana, marcos indestrutíveis da construção do Mundo que a inteligência sobrepôs à Natureza das primeiras idades da criação.

O que celebramos agora é a permanência, diria, a continuidade de um espírito que é cultura, modo de ser, forma de viver, independentemente dos acidentes políticos ou das circunstâncias temporais.

Essa permanência ficará simbolizada d'ora avante pela presença no Brasil do príncipe português que, tendo nascido e morrido em Portugal e legado o coração à Pátria de origem, foi também o primeiro dos brasileiros.

Assim a posteridade saiba tirar do facto a lição transcendente que ele encerra.

noticias de

PORTUGAL

Suplemento ao número 1302

15-4-72

P-230-15